



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Fórum de Governação da Internet em Moçambique

Documento Conceptual

Maputo, Setembro de 2021

Organizador:



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	1
3. OBJECTIVOS	2
3.1. OBJECTIVO GERAL	2
3.2. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:	2
4. RELEVÂNCIA DA REALIZAÇÃO DO FÓRUM	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
5. RESULTADOS	2
6. TEMAS	3
6.1. INFRAESTRUTURA E PADRONIZAÇÃO	3
6.2. CONTEÚDOS E SERVIÇOS DIGITAIS	3
6.3. POLITICAS E REGULAMENTAÇÃO	4
6.4. ECONOMIA DIGITAL E DESENVOLVIMENTO	4
6.5. DESENVOLVIMENTO HUMANO E DIVERSIDADE CULTURAL	4
6.6. TECNOLOGIAS EMERGENTES E 4A REVOLUÇÃO INDUSTRIA	4
6.7. INCLUSÃO E PROTECÇÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS	5
7. PARTICIPANTES	5
7.1. CONVIDADOS:	5
7.2. ORADORES:	6
7.3. MODERADORES	6
7.4. RELATORES	6
7.5. SECRETARIADO	6
8. CARACTERISTICAS DO FGIMZ	6
8.1. EVENTOS PREPARATÓRIOS E POSTERIORES	6
8.2. FÓRUM DE GOVERNAÇÃO DA INTERNET EM MOÇAMBIQUE (FGIMz)	ERROR!
	BOOKMARK NOT DEFINED.
9. ESTRUTURA DO FORUM	7
9.1. CONFERÊNCIA	8
9.2. EXPOSIÇÃO	8
10.LOCAL DO EVENTO	8
11.ORGANIZAÇÃO	8
11.1. COMITÉ DE HONRA	8
11.2. COMITÉ DE ORGANIZAÇÃO	9
11.3. SECRETARIADO	9
12.NECESSIDADES	10
13.FORMAS DE FINANCIAMENTO	10
13.1. ORÇAMENTO DO ESTADO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
13.2. PATROCÍNIOS	10
13.3. PARCEIROS DE COOPERAÇÃO	11

14.PARCEIROS ESTRATÉGICOS..... 11

1. INTRODUÇÃO

O presente folheto desenvolve o conceito do Fórum de Governação da Internet para Moçambique, tal qual as recomendações da Política para a Sociedade da Informação e sua estratégia de implementação, bem como da Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação (WISIS), que estabelecem mecanismos de auscultação e inclusão popular na gestão dos processos de governação digital e da Internet em particular.

Numa visão holística, o Fórum de Governação da Internet é uma plataforma multisectorial que visa aglutinar sensibilidades nacionais em torno de gestão da sociedade da informação e culminar os eventos de digitalização (pré-eventos e pós-eventos), através de recolha e sistematização das contribuições do país para o evento regional (Africa Internet Governance Fórum) e o fórum global de governação da Internet.

Na tipologia de eventos, o Fórum foi escolhido por ser aquele tipo que está focado na auscultação da sociedade sobre assuntos de interesse comum, através de diversas formas de representação na formulação e gestão de políticas e estratégias governativas, sendo a Internet um exemplo de interesse comum, cujo objecto está sujeito a princípios, normas, regras e procedimentos de decisão, a qual deve envolver todas as forças vivas da sociedade (sector privado, academia e sociedade civil).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Internet, por aquilo que representa para as pessoas, individual e colectivamente, é mais do que um simples bem comum, e a sua gestão não pode ser uma redoma sob o controlo exclusivo de poder (económico e político). Por conseguinte, recomendam as boas práticas de governação digital, que a sua gestão deve primar pela inclusão, debate participativo, multilateralismo e multisectorialismo, num processo em que a sociedade é representada por todas as partes interessadas, nomeadamente o sector produtivo, academia e a sociedade civil.

Neste contexto, desde que o Governo optou pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e aprovou a sua primeira política de informática, em 2000, este tem primado pelo princípio de ampla auscultação em matérias de governação electrónica, sendo exemplo a Lei de Transações Electrónicas, a Lei das Telecomunicações, a Estratégia de Governo Electrónico, a Política para a Sociedade de Informação e sua estratégia de implementação, e mais recentemente a Política Nacional de Segurança Cibernética e a sua estratégia de implementação.

Por conseguinte, o Fórum de Governação da Internet em Moçambique constitui um importante mecanismo de implementação da Política para a Sociedade da Informação e a sua estratégia, pois além de envolver actores relevantes como o sector empresarial e a sociedade civil, oferece uma oportunidade singular para os representantes de todas as camadas sociais serem tomadas em conta nas decisões do Governo sobre as questões de digitalização no país, particularmente a gestão da Internet.

Dado que passam mais de 20 anos desde que foi aprovado o programas de reforma e modernização da Administração Pública e 15 anos depois da realização da WISIS, o contexto actual propicia a institucionalização do Fórum de Governação da Internet, apesar dos constrangimentos decorrentes da Pandemia do COVID-19, pois as TIC são recomendadas como alternativas seguras dos contactos sociais físicos.

3. RELEVÂNCIA DO FÓRUM

A relevância do Fórum de Governação da Internet decorre da necessidade de um mecanismo que viabilize os processos de digitalização da economia e da sociedade através do **a)** alinhamento contínuo entre a prática nacional e as boas práticas internacionais, **b)** estabelecimento de órgãos de gestão democráticos e representivos, **c)** Envolvimento do socter empresarial, academia e a sociedade civil, e **d)** análise, avaliação e actualização permanente dos mecanismos institucionais de governação.

4. OBJECTIVOS

4.1. Objectivo Geral

Analisar, debater e dar contribuições para o desenvolvimento e a Governação da Internet em Moçambique

4.2. Objectivos específicos:

- a) Promover a governação inclusiva da Internet;
- b) Promover a auscultação pública sobre a digitalização e a gestão da Internet em particular;
- c) Promover o acesso e serviços digitais competitivos;
- d) Promover o respeito pelos direitos digitais;
- e) Promover a equidade e a gestão transparente de conteúdos digitais;
- f) Promover a defesa do género, criança e outros grupos vulneráveis na Internet;
- g) Promover as boas práticas de uso e gestão das infraestruturas de informação;
- h) Defender as comunidades e salvaguardar os direitos dos consumidores;
- i) Participar nos processos de regulação, elaboração de políticas e estratégias de governação e da economia digital;
- j) Promover a cultura de boas praticas de uso das TIC e segurança cibernetica.

5. RESULTADOS

Espera-se que sejam alcançados os seguintes resultados:

- a) O Governo, o sector empresarial, a academia e a sociedade civil alinhados em matéria de governação e economia digital;
- b) Maior participação de todos os parceiros do Governo nos programas de digitalização e transformação digital;

- c) Maior competitividade nacional em matéria de governação e desenvolvimento nacional;
- d) Melhoria dos indicadores do desenvolvimento económico e humano;
- e) Espaço cibernético seguro e atractivo para investimento em TIC;
- f) Maior capacidade nacional de regulação do sector das TIC e de representação em fóruns internacionais afins;
- g) Serviços digitais massificados, acessíveis e competitivos;
- h) Grupos sociais vulneráveis mais protegidos no espaço cibernético;
- i) Aumento de pesquisas e crescimento do ensino, educação e dos nativos digitais;
- j) Maior alinhamento do país na áreas das tecnologias emergentes, rumo à Quarta Revolução Industrial.

6. TEMAS

6.1. *Infraestrutura e padronização*

O tema de infraestrutura tem a ver com os aspectos de estabilidade da infraestrutura, cibersegurança e criptografia, bem como com os **pontos de troca de tráfego da Internet-IXPs** e de gestão de recursos da Internet (Nomes de Domínio, Endereços de Internet IPv4 e IPv6, desenvolvimento e distribuição de Provedores de Serviços de Internet (ISPs), desenvolvimento e distribuição/cobertura geográfica da rede de telecomunicações e dos serviços digitais.

Por seu turno, a padronização está focada nas questões básicas de Governação da Internet tais como as directrizes e estratégias do desenvolvimento e gestão das infraestruturas das comunicações e centros de dados, do estabelecimento dos padrões e serviços técnicos, nomes de domínio, protocolos da Internet, desenvolvimento e gestão de conteúdo, aplicativos e segurança. Inclui também questões de segurança cibernética para dissuadir, prevenir, detectar e responder aos ataques cibernéticos, bem como a transformação digital para melhor orientar mudanças, processos, produtos e estratégias de inovação tecnológica.

6.2. *Conteúdos e serviços digitais*

O tema sobre conteúdos e serviços digitais tem a ver com produção, recolha e hospedagem de dados, bem como a responsabilização dos contraventores. Outra questão relacionada com conteúdos e serviços digitais, é a questão dos padrões mínimos que os provedores devem adoptar para a modelação de conteúdos e a sua adequação ao quadro jurídico-administrativo. Disto decorrem também as preocupações relacionadas com a transparência e a coordenação das decisões para salvaguardar os direitos humanos e outros preceitos legais, incluindo os princípios de equidade, transparência e responsabilidade na tomada de decisão.

6.3. Políticas e regulamentação

Uma das grandes preocupações de actualidade na Internet tem a ver com o estabelecimento do quadro institucional e legal que preserve os direitos humanos e proteja os consumidores, bem como os grupos vulneráveis no espaço digital, tais como a mulher, criança e pessoas protectoras de deficiência. Moçambique já deu passos significativos neste sentido, sendo exemplos a Lei de Transacções Electrónicas, o código penal, a ratificação da Convenção da União da União Africana sobre a Segurança Cibernética e Protecção de dados, bem como a recente aprovação da Política Nacional de Segurança Cibernética e a sua estratégia de implementação

6.4. Economia digital e desenvolvimento

Na sociedade moderna as TIC, em especial a Internet, são o principal motor do progresso tecnológico e crescimento económico, havendo, por isso, a necessidade de se estabelecer entendimentos sobre como os interesses económicos podem prejudicar a digitalização através de práticas hegemónicas e distorcidas do mercado, nomeadamente o comércio eletrónico, os conteúdos digitais, o acesso e os pagamentos eletrónicos. O tema vai abordar o impacto da Internet na distribuição de recursos, a diminuição ou aumento das desigualdades sociais e geopolíticas, as assimetrias digitais, o multilateralismo, a cooperação internacional em questões de propriedade intelectual e outros direitos online.

6.5. Desenvolvimento humano e diversidade cultural

De que forma as TIC contribuem para o desenvolvimento da educação e do conhecimento? A Internet em particular teve um impacto considerável na disseminação e homogeneização do conhecimento técnico, científico e cultural, a nível nacional e global. Como consequência, nenhuma família ou país pode admitir que não tenha sido beneficiado ou afectado pela massificação do uso da Internet. À parte os benefícios sociais, económicos e culturais das TIC, a Internet em particular trouxe novos valores e padrões de comunicação social, quebrando todo o tipo de barreiras e etiquetas sociais que caracterizavam as diferentes sociedades, não sendo, por isso, Moçambique um caso excepcional. O fórum vai, com a competente autoridade, debruçar-se sobre o uso das TIC no desenvolvimento de pesquisas, do ensino, da educação e da identidade cultural do país.

6.6. Tecnologias Emergentes e a 4a Revolução Industrial

As Tecnológicas Emergentes têm a ver com o potencial das tecnologias para criarem ou transformarem o ambiente de negócios nos próximos 5 a 10 anos, influenciando o rumo da economia mundial. São tecnologias que geralmente já possuem aplicações práticas, despertam grande interesse de empreendedores, corporações e investidores pelo seu potencial de crescimento rápido e impacto na sociedade. É o caso da

inteligência artificial e robótica, que estão em desenvolvimento rápido e constante, a tal ponto que ameaçam até empregos qualificados.

Por seu turno, a 4ª Revolução Industrial ou a chamada Indústria 4.0 é um conceito que representa a automação industrial e a integração de diferentes tecnologias com o objetivo de promover a digitalização industrial, melhorando os processos produtivos e a produtividade. O nosso país ainda está longe da inteligência artificial, cabe à academia dar os primeiros passos e liderar esta área do conhecimento.

6.7. Inclusão e Protecção de Grupos Vulneráveis

A inclusão digital deve garantir que todas as pessoas contribuam e se beneficiem da economia e da sociedade digital. Este objectivo deverá ser alcançado através quatro vertentes a saber:

- **Garantindo infraestruturas e acesso** a preços acessíveis e competitivos;
- **Garantindo tecnologias de assistência** que facilitem o acesso para as pessoas portadoras de deficiência, que de outra forma não poderiam conseguir;
- **Garantindo a alfabetização digital** que inclua a formação em TICs no ensino básico e no processo de aprendizagem contínua;
- **Garantido a inclusão social** focada nos sectores mais desfavorecidos da sociedade, com programas específicos que permitam o ingresso no mundo digital.

7. PARTICIPANTES

Espera-se um número dinâmico e crescente de participantes, que irá crescendo em termos absolutos e qualitativos ao longo do tempo e do processo de inserção do fórum no mercado. Entre os participantes haverá nacionais e estrangeiros, representando todas as camadas sociais, nomeadamente os sectores publico e privado, a comunidade académica e a sociedade civil.

7.1. Convidados

Os convidados serão:

- Membros do Conselho de Ministros;
- Assembleia da República;
- Representantes do Conselho Constitucional;
- Representantes do Tribunal Supremo;
- Representantes do Tribunal Administrativo;
- Representantes de Institutos Públicos;
- Representantes da Comunidade Internacional
- Representantes da Comunidade Académica
- Empresas Publicas e Privadas;
- Representantes da Sociedade Civil;

- Secretários permanentes central e local
- Membros do Comité de Gestão da Internet
- Administradores de empresas públicas;
- Administradores das 100 mais empresas;
- Administradores dos Mega Projectos;
- Representantes da Sociedade Civil;
- Representantes da Academia.

7.2. Oradores:

Os oradores serão:

- Representantes Políticos e Administrativos a nível central e local;
- Representantes do Sector Público e Academia;
- Representantes de Fabricantes e Provedores de serviços de Internet e Soluções de TIC, Banca e Operadores de Telecomunicações.
- Representantes de Sociedade Civil;
- Representantes de Academia.

7.3. Moderadores

Os moderadores serão provenientes de instituições públicas e privadas, academia e sociedade civil, empresas nacionais e de instituições estrangeiras e parceiros de cooperação.

7.4. Relatores

Relatores serão também provenientes de instituições públicas e privadas, academia e sociedade civil, empresas nacionais.

7.5. Secretariado

O secretariado será constituído por elementos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação.

8. ÂMBITO E PERIODICIDADE

O Fórum de Governação da Internet em Moçambique tem um âmbito nacional e vai ser antecedido por eventos preparatórios designados pré-eventos e pós-eventos a decorrer ao longo do ano, culminando o Fórum de Governação da Internet no 4º. Trimestre como o seu evento-mãe.

8.1. Eventos preparatórios e posteriores

Os eventos preparatórios e posteriores do FGIMz consistem na realização de eventos do tipo workshops, palestras e capacitação e outros de natureza comemorativa como

o Dia Internacional da Rapariga nas TIC. Todos os outros eventos como a MozTech, o MozCyber e a MORENET serão subsidiários do Fórum de Governação da Internet. Os referidos eventos podem ser do tipo:

8.1.1. Escola de Governança da Internet em Moçambique (EGIMz)

A EGIMz é uma iniciativa que tem como principal objetivo capacitar gestores públicos, formuladores de políticas públicas, profissionais da área jurídica, empresários, pesquisadores, académicos, comunidade técnica, ativistas de organizações da sociedade civil e outros para o aprofundamento dos conceitos, contextos e temas.

8.1.1.1. Curso Incentivo

Oferece a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre temas e desafios relacionados com a Governação da Internet em Moçambique e no mundo.

8.1.1.2. Jurídico

Aborda aspectos técnicos do funcionamento da Internet, que são essenciais para subsidiar a interpretação e aplicação das normas de TIC.

8.1.1.3. Eventos e Debates online

Têm como objectivo promover o debate sobre temas emergentes relacionados com a Governação da Internet e buscar consensos possíveis e trazer para a mesa de discussão os diferentes sectores da sociedade.

8.1.2. Dia Internacional da Rapariga nas TIC

No dia 8 de Abril de 2011, pela Resolução 70 da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e com o objectivo de defender os interesses e as oportunidades da mulher jovem, influenciando-a na escolha da carreira profissional de TIC, a UIT estabeleceu o “GIRLS in ICT Day” (Dia das Jovens Mulheres nas TIC), a ser comemorado todos os anos e mundialmente, na quarta quinta-feira do mês de Abril.

Este dia foi estabelecido tendo presente a antevisão da crescente necessidade de profissionais de TIC e a constatação de que a escolha da carreira de TIC era maioritariamente feita por homens, havendo por isso a necessidade de promoção da equidade do género nas TIC para um crescimento sustentável do sector. Esta data será celebrada regularmente no quadro do Fórum de Governação da Internet em Moçambique.

9. ESTRUTURA DO FÓRUM

O evento terá duração de três (3) dias e além do acto principal, em formato híbrido (presencial e virtual), terá uma exposição paralela.

9.1. Conferência

O evento principal compreenderá apresentações, painéis, mesas redondas e sessões temáticas.

9.1.1. Apresentações:

Cada apresentação terá um único apresentador com um tema estruturante durante 30 minutos, seguido de 1 hora de debate.

9.1.2. Painéis:

Haverá 3 apresentações de 10 minutos em torno de um tema comum, com 1 hora de debate

9.1.3. Mesas Redondas:

Haverá sessões interactivas com uma plateia, de 60 minutos, com 3 ou 4 convidados que abordarão um único tema sob diferentes pontos de vista.

9.1.4. Sessões temáticas:

Haverá sessões paralelas de temas específicos (Sessões de 60 minutos).

9.2. Exposição

A exposição será o ponto mais alto do *networking* profissional de fornecedores, utentes e beneficiários de serviços, que se desenvolverá e se repercutirá antes, durante e depois do Fórum.

10. LOCAL DO EVENTO

O FGIMz poderá realizar-se na capital do país e nas capitais províncias de forma rotativa. Pretende-se que o evento tenha preparativos intermédios, preferencialmente um em cada província ou região, que iniciarão as discussões dos temas do Fórum.

11. ORGANIZAÇÃO

O fórum terá um comité de honra, comité de organização e um secretariado.

11.1. Comité de honra

O Comité de honra será constituído por titulares das entidades implementadoras das iniciativas/projectos do Plano Estratégico e Operacional para a Sociedade da Informação, nomeadamente:

1. Primeiro Ministro;
2. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
3. Ministério dos Transportes e Comunicações;
4. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano;

5. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
6. Ministério da Saúde;
7. Ministério da Indústria e Comércio;
8. Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos
9. Ministério da Cultura e Turismo.

11.2. Comité de organização

Para a organização do evento será criado um comité preparatório que tratará dos aspectos organizacionais e operacionais, nomeadamente os objectivos específicos a alcançar, assuntos a serem debatidos, o número de participantes e a programação

O comité será composto por representantes dos sectores público, privado, academia e sociedade civil, conforme a tabela número 1:

Tabela 1. Áreas e tarefas do Secretariado

#	Área/Sector	Instituições/representantes
1	Sector publico:	MCTES, MTC; MEDH; MISAU; MASA, MTA, MIC, MINEC, MIJUR, MINT, MIMAIP, MAEFP, INCM; INAGE; INTIC; MEF; CEDSIF; CIUEM; ANEP;
2	Sector privado	CTA (2 representantes)
3	Academia	T(4 representantes, 2 de IESs públicas e 2 de IESs privadas)
4	Sociedade civil	4 representantes).

11.3. Secretariado

O Secretariado será assegurado pelo INTIC e técnicos do MCTES, das áreas a saber:

Tabela 1. Áreas do Secretariado

#	Área
1	Documentação
2	Comunicação e Imagem
3	Redação
4	Protocolo
5	Apoio Técnico
6	Administração/ Logística

12. NECESSIDADES

De um modo geral, o cabaz das necessidades comuns para eventos desta envergadura varia entre meio milhar e quatro milhões de meticais, dependendo da existência ou não da despesa de deslocação e alojamento de participantes. Num evento tradicional do tipo presencial, por exemplo, estariam envolvidas as seguintes despesas:

1. Aluguer de sala para a conferência;
2. Contratação de serviços de captação de imagem e de transmissão *online* e em tempo real do evento;
3. Pagamento de licenças da plataforma Zoom Pro/Business, que permite o processo de tradução;
4. Contratação de serviços de tradução simultânea;
5. Produção de material de promoção, divulgação e identificação (dísticos, *roll ups*, *banners*, *backdrop*, folhetos, crachás de identificação dos participantes);
6. Impressão de Relatório de Actividades 2020 e Plano de Actividades 2021;
7. Produção de camisetas e capulanas para pessoal de Protocolo;
8. Compra de blocos de notas e canetas;
9. Aluguer de serviços de transporte para o pessoal de apoio logístico;
10. Mobilização dos Media para a cobertura do evento;
11. Contratação de serviços de *catering*;
12. Aquisição de consumíveis
13. Aquisição de equipamento essencial de rede local (*Access Point Indoor* de longo alcance, conectores, cabo de rede UTP cat6, alicate crimpador, *silver tape*);
14. Fornecimento de serviços de conectividade durante a realização do evento.

13. FORMAS DE FINANCIAMENTO

A principal fonte de financiamento será o Orçamento do Estado, complementada por patrocínio (númerário e ou em espécie) e contribuições de parceiros.

13.1. Patrocínios

Os patrocínios provenientes de instituições públicas e privadas serão de acordo com as seguintes categorias:

1. PLATINUM
 - 1 Apresentação na Conferência (30 minutos)
 - 2 Stands na Exposição (3x3)
 - Acesso exclusivo a uma sala VIP para contactos e encontro pessoal com um membro do Governo em Moçambique
 - 10 Convites para a Conferencia e 5 Convites para o Cocktail
2. GOLD
 - 1 Apresentação na Conferencia (30 minutos)

- 2 Stands na Exposição (3x3)
 - 7 Convites para a Conferencia e 4 Convites para o cocktail
 - Divulgação do estatuto de Patrocinador em destaque em todo o branding da Conferencia
3. SILVER
- 1 Apresentação num Painel (10 minutos)
 - 1 Stand na Exposição (3x3)
 - 5 Convites para a Conferencia e 3 Convites para o cocktail
 - Divulgação do estatuto de Patrocinador em todo o branding da Conferência
4. PATROCINADOR COFFEE BREAK
- Exclusividade do branding e criação de Dinâmicas nos 4 Coffee Break
 - 5 Convites para a Conferência e 2 Convites para o cocktail
5. PATROCINADOR ALMOÇO
- Exclusividade do branding e criação de Dinâmicas em cada Almoço
 - 1 Stand na Exposição (3x3)
 - 5 Convites para a Conferência e 2 Convites para o cocktail
6. PATROCINADOR COCKTAILS
- Exclusividade do branding e criação de Dinâmicas no espaço do cocktail
 - 1 Stand na Exposição (3x3)
 - 7 Convites para a Conferência e 7 Convites para o cocktail
 - Divulgação do estatuto de Patrocinador em todo o branding da Conferência
7. EXPOSITOR
- 1 Stand na Exposição (3x3)
 - 10 Convites para a Conferência e 1 Convite para o Jantar de Gala
 - Limite: 30 stands

13.2. Parceiros de Cooperação e Operadores Globais de Serviços de Internet

Serão contribuições provenientes de parceiros de cooperação, nacionais e internacionais, a saber: Google, Facebook, SATA, AICANN, AFRINIC, SOC, etc.

14. PARCEIROS ESTRATÉGICOS

1. Instituições de Governo em Moçambique;
2. INCM-Instituto Nacional de Comunicações em Moçambique;
3. INAGE – Instituto Nacional de Governo Electrónico;
4. AMPETIC – Associação Moçambicana de Profissionais de Informáticos;
5. CTA – Confederação da Associações Económicas em Moçambique
6. Parceiros nacionais e Internacionais;
7. Instituições Académicas.